***REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO***

O **reequilíbrio econômico-financeiro** pode ser concedido a qualquer tempo e serve para recompor as perdas oriundas de fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

Para demonstrar uma situação de desequilíbrio é necessário recorrer às notícias na mídia, aos pareceres de especialistas no setor impactado e qualquer outro documento ou fonte que permita comparar a situação habitual com a excepcional.

É condição essencial para o recebimento de processos de despesas com bens, serviços, obras e serviços de engenharia que resultem em pedidos de reajustes, repactuações, reequilíbrios econômico-financeiros e atualizações monetárias no âmbito da Controladoria-Geral o acompanhamento do respectivo checklist, devidamente preenchido e assinado, com a respetiva identificação do servidor responsável, com todas as peças necessárias para uma boa análise.

Art. 37, XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Art. 124, II, “d” e art. 34 Lei nº 14.133/21.

|  |
| --- |
|  **(PREENCIMENTO OBRIGATÓRIO COM “X”)** |
|  | **ITEM** | **DOCUMENTOS PARA ANÁLISE :** | **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** | **N/A** | **SIM** | **NÃO** | **PÁG.** |
|  | 1 | A SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIOECONÔMICO-FINANCEIRO CONSTA NO MESMO PROCESSO QUE ORIGINOU O CONTRATO PRINCIPAL, ADITIVOS E/OU APOSTILAMENTOS PRECEDENTES.? |   |  |  |  |  |
| 2 | O PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇO ESTÁ FORMULADO PELO CONTRATADO? | Acórdão TCU nº 7249/2016 – Segunda Câmara |  |  |  |  |
|  | O PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇO ESTÁ FORMULADO PELO CONTRATANTE? |  |  |  |  |  |
| 3 | O PEDIDO DE REVISÃO FOI APRESENTADO DENTRO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO? | Art. 131, parágrafo único e art. 133, inc. I da Lei n° 14.133/21 |  |  |  |  |
| 4 | O PEDIDO DE REVISÃO POSSUI INDICAÇÃO DOS ITENS SOBRE OS QUAIS PRETENDE IMPLANTAR O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, COM APRESENTAÇÃO DA COMPOSIÇÃO UNITÁRIA ATUALIZADA DE CUSTOS E RESPECTIVAS FONTES DE PESQUISA DE PREÇOS? | Acórdão TCU nº 7249/2016 – Segunda Câmara |  |  |  |  |
|  |  O PEDIDO DE REVISÃO CONSTA O PERCENTUAL DE REEQUILÍBRIO, O VALOR NOMINAL DO REEQUILÍBRIO E INDICA O PERCENTUAL DE AUMENTO DO REEQUILÍBRIO A SER APLICADO? |  |  |  |  |  |
|  5 | EXISTE NOTAS FISCAIS DE COMPRA NA DATA DA LICITAÇÃO DE TODOS OS ITENS OBJETO DO PEDIDO DE REEQUILIBRIO E NOTAS FISCAIS DE COMPRA NA DATA DA SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO DE TODOS OS ITENS OBJETOS DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO? |  |  |  |  |  |
|  | CONSTA INDICAÇÃO DE TODOS OS **ITENS DA PLANILHA DE CUSTOS** COM INDICAÇÃO AO FINAL DO **PERCENTUAL DEVIDO NA COMPOSIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO** E DO **PERCENTUAL DE REEQUILÍBRIO**? |  |  |  |  |  |
| 6 | O PEDIDO DE REVISÃO POSSUI DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO MOTIVADORA DO PEDIDO, COM DEMONSTRAÇÃO DE SUA IMPREVISIBILIDADE OU DE SUAS CONSEQUÊNCIAS INCALCULÁVEIS, BEM COMO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A SITUAÇÃO E O AUMENTO DOS PREÇOS DOS INSUMOS? |  |  |  |  |  |
| 7 | NO CASO DE OBRAS, FOI APRESENTADO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ATUALIZADO? |  |  |  |  |  |
| 8 | AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE INSUMOS E SERVIÇOS ESTÃO ATUALIZADAS, COM A APLICAÇÃO DO MESMO BDI E DO FATOR "K" DA LICITAÇÃO SOBRE OS ITENS, QUANDO FOR O CASO? |  |  |  |  |  |
| 98 | FOI APRESENTADO MEDIÇÃO QUE CORRESPONDA AO PERÍODO QUE SOFREU O IMPACTO ORIUNDO DOAUMENTO EXTRAORDINÁRIO DOS INSUMOS, SE FOR O CASO? |  |  |  |  |  |
| 10 | EM CASO DE SERVIÇOS JÁ EXECUTADOS, EXISTE A COMPROVAÇÃO DO CUSTO DOS INSUMOS ATRAVÉS DE DOCUMENTOS FISCAIS OU OUTROS QUE ATENDAM AO MESMO FIM, DEMONSTRANDO A AQUISIÇÃO DO INSUMO EM DATA POSTERIOR À OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DO DESEQUILÍBRIO? |  |  |  |  |  |
|  | CONSTA PREVISÃO NO EDITAL/CONTRATO AO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E O PRAZO PARA RESPOSTA[[1]](#footnote-1) AO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO, CONFORME O CASO? | Art. 92, XI da Lei nº 14.133/21 |  |  |  |  |
|  | CASO HAJA IRREGULARIDADE NA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA CONTRATADA, CONSTA A NOTIFICAÇÃO DO FATO À MESMA, PARA CORREÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO? |  |  |  |  |  |
|  | CONSTA APRESENTADA PESQUISA DE PREÇOS, REALIZADA EM SITES OFICIAIS ATUALIZADOS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS? |  |  |  |  |  |
|  | CASO O OBJETO NÃO ESTEJA CONTEMPLADO[[2]](#footnote-2) EM SITES OFICIAIS, CONSTA **COLETA DE PREÇOS** REALIZADA COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) PESQUISAS VÁLIDAS? |  |  |  |  |  |
| 11 | EXISTE A MANIFESTAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO SOBRE O ATENDIMENTO AOS REQUISITOS ANTERIORES?  |  |  |  |  |  |
| 21 | O FISCAL DE CONTRATO COLOCOU NA MANIFESTAÇÃO INFORMAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUINDO EVENTUAIS ATRASOS?  |  |  |  |  |  |
| 13 | O FISCAL DE CONTRATO COLOCOU NA MANIFESTAÇÃO INFORMAÇÕES SOBRE O QUANTITATIVO DE MEDIÇÕES REALIZADAS E PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO, BEM COMO SOBRE SALDO DE QUANTITATIVOS PENDENTES DE EXECUÇÃO? |  |  |  |  |  |
| 14 | EXISTE MANIFESTAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO SOBRE DESCONTOS DADOS PELA CONTRATADA, QUANDO DA LICITAÇÃO DA OBRA E SE O EVENTUAL IMPACTO DO AUMENTO DE PREÇOS SOBRE O CONTRATO DECORREU DE ATRASO NA EXECUÇÃO DA OBRA IMPUTADO EXCLUSIVAMENTE À CONTRATADA? **OBS:** *CASO A AQUISIÇÃO DOS INSUMOS TENHA OCORRIDO OU VENHA A OCORRER APÓS O AUMENTO DE PREÇOS EM RAZÃO DO ATRASO NO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA POR CULPA EXCLUSIVA DA CONTRATADA, DEVIDAMENTE ATESTADO PELO FISCALE GESTOR DO CONTRATO, NÃO SERÁ DEVIDA A REVISÃO DE PREÇOS.* |  |  |  |  |  |
| 15 | EXISTE ANÁLISE DO PEDIDO DE REVISÃO PELA ÁREA TÉCNICA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE? |  |  |  |  |  |
| 16 | ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA EMPRESA:CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA RG E CPF DOS SÓCIOS DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E REGULARIDADE FISCAL:CERTIDÃO FEDERALCERTIDÃO ESTADUALCERTIDÃO MUNICIPALCERTIDÃO FGTSCERTIDÃO TRABALHISTACERTIDÃO CEIS (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) CERTIDÃO CNCIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade)DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (proibição de trabalho infantil), INEXISTENCIA DE PARENTESCO OU VINCULO EMPREGATICIO COM A MUNICIPALIDADE | Art. 91, §4º da Lei n°14.133/21 |  |  |  |  |
| 17 | MINUTA DO TERMO ADITIVO DE REVISÃO DE PREÇOS PARA FINS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO DISCRIMINANDO:OS ITENS CONTRATADOS QUE SOFRERAM AUMENTO DE PREÇO; O PREÇO INICIALMENTE CONTRATADO. A ELEVAÇÃO DESSE PREÇO EM PERCENTUAL E EM VALORES REAIS,O VALOR QUE OS ITENS REVISADOS PASSARAM A TER E O VALOR FINAL DO CONTRATO APÓS A REVISÃO; | Arts. 91 e 132 da Lei n°14.133/21 |  |  |  |  |
| 18 | DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE SALDO ORÇAMENTÁRIO PARA O AUMENTO | Art. 16, inc. I da LC nº 101/2000 |  |  |  |  |
| 19 | ATESTADO DE PREVISÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PAGAMENTO DA DESPESA | Art. 16, inc. I da LC nº 101/2000 |  |  |  |  |
| 20 | ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO |  |  |  |  |  |
| 21 | ANÁLISE JURÍDICA | Art. 53, §4º da Lei nº 14.133/21 |  |  |  |  |
| 22 | TERMO ADITIVO ASSINADO  |  |  |  |  |  |
|  23 | PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO |  |  |  |  |  |
| 24 | EMPENHO |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  | **RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS NA SECRETARIA**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**SERVIDOR**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**SECRETARIA**DATA: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**ASSINATURA** |

1. Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/21. (art. 92, §6º da Lei n° 14.133/21) [↑](#footnote-ref-1)
2. Mesmo existindo regulamentação de itens a serem reequilibrados, em outros órgãos e entidades, sugere-se fazer a pesquisa de preço. (ex.: regulamentação do Dnit, regulamentação dos preços dos remédios de órgãos competente e dentre outros.) [↑](#footnote-ref-2)